



Federação Nacional dos Médicos

QUANDO A MÁSCARA CAI

OU O TRISTE ESPECTÁCULO DAS NOMEAÇÕES

São vários, demasiados e flagrantemente evidentes, os exemplos das nomeações de clientelas do actual governo para os mais diversos cargos de direcção da Administração Pública, a coberto de uma denominada Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (CReSAP), criada pelo actual governo, com a missão de *Recrutar e seleccionar a direcção superior da administração pública, com isenção, rigor e independência, promovendo o bom governo e a meritocracia* (in <http://www.cresap.pt/cresap/missao.html>).

No caso da Saúde, os escândalos começaram a tornar-se visíveis no verão de 2012, com a nomeação de Directores Executivos para os ACEs da região norte de indivíduos cuja única qualificação que tinham era a condição de militantes dos dois partidos que dividem entre si a governança do País. Os critérios de designação previstos na lei foram pura e simplesmente ignorados.

Após as denúncias públicas feitas pelo Sindicato dos Médicos do Norte (integrante da FNAM), o Sr. Ministro Paulo Moita Macedo, não podendo esconder o escândalo de tais nomeações, anunciou *urbi et orbi* que as futuras designações passariam pelo crivo da putativa independente CReSAP. Mas sem qualquer efeito retroactivo relativamente às nomeações já efectuadas.

Ora, segundo as regras definidas para estes concursos, a CReSAP, através dum júri constituído por 4 membros, dos quais metade (2) integra um órgão do ministério (o que desde logo coloca em causa a sua independência), selecciona três candidatas, cujos nomes, ordenados por ordem alfabética, são remetidos ao ministro respectivo através dum Relatório Final elaborado com base na ata final do júri, para que este escolha um e proceda à respectiva nomeação.

E o que temos vindo a assistir na esmagadora maioria dos casos? À sistemática recondução dos mesmos apaniguados! Quem já ocupava o cargo concorre, a CReSAP coloca-o no rol dos três seleccionados a enviar para o ministro e este, invariavelmente, escolhe, reconduzindo quem já lá estava. Mais simples e previsível não pode ser.

E se o resultado desta regra não convém aos desígnios do Sr. Ministro Paulo Moita Macedo, não há problema – ignora-se o desfecho do concurso, espera-se uns meses e abre-se um outro!

Senão vejamos.

Em 2014, foi aberto um concurso para Vice-Presidente da ARS do Centro, mas o escolhido para ocupar o cargo acabou por rumar a Lisboa, preferindo ir dirigir o INSA. O que fez o ministro?



Nomeou um dos outros dois nomes seleccionados pela CRESAP, como era suposto? Não que, ao que consta, nenhum era do grupo partidário da coligação no governo!

Durante quase dois anos, aquela ARS ficou sem vice-presidente. E, porquê? Por uma "boa" causa!...

E então, a pouco mais de quatro meses do fim da legislatura, é anunciada a abertura de novo concurso para o lugar de vice-presidente da ARS do Centro... (Aviso 4846/2015, publicado no DR de 4 de Maio).

Questionado o actual CD da ARS do Centro, pelo Jornal "As Beiras" (05.05.15), afirma-se qual o motivo de o Sr. Ministro da Saúde não ter nomeado ninguém - ***"indecisão sobre a oportunidade de incorporar um elemento novo e estranho à coesão de equipa"...***

É apenas o corolário do frenesim a que temos vindo a assistir de nomeações para as diferentes ARS, neste final de época governativa. E agora por cinco anos renováveis por igual período de tempo com dispensa de novo concurso.

Ou seja, na muito provável hipótese de serem apeados da governação, apressam-se a minar o terreno para o futuro governo (seja ele qual for), assegurando a colocação dos seus comissários por uns "escassos" cinco a dez anos!

Do Sr. Ministro Paulo Moita Macedo já nada nos espanta. Lamentamos é que uma putativa comissão independente, presidida por um reputado académico, se preste a este triste espectáculo!

Coimbra, 7 de Maio de 2015

A Comissão Executiva da FNAM